



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA - SEPROD
COMISSÃO MISTA DA INDÚSTRIA DE DEFESA - CMID

ATA DE REUNIÃO

Sessão: 19/2015	Local: Ministério da Defesa, sala 808 Data: 25/04/2016 às 14:00 horas
Agenda	
<ol style="list-style-type: none">1. Considerações iniciais;2. Apresentação de Produtos e Empresas;3. Assuntos Gerais; e4. Próximas Ações.	

PARTICIPANTES

DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA

- Gen Ex (R1) Joaquim **Silva e Luna**-SG
- Alt Esq Luiz Henrique **Caroli** – CHELOG
- Perpétua Almeida-SEPROD
- Alte Antônio Carlos Soares **Guerreiro** – DECAT
- Gen Div Claudio Duarte **Moraes**-DECTI
- Brig Ar José Augusto **Crepaldi** Affonso – (Secretário-Executivo da CMID)
- VA (RM1 IM) **Edesio** Teixeira Lima Junior – CECAFA
- Gen Div R1 Aderico Visconte Pardi **Mattioli** – SEPROD
- Sra. Luciana Acyoli da Silva-SEPROD

DA MARINHA DO BRASIL

- VAlte Carlos Frederico C. **Primo**

DO EXÉRCITO BRASILEIRO

- Cel Francisco **Yukishique** Caldas Marques de Abreu

DO COMANDO DA AERONÁUTICA

- Brig **Walcyr** Josué de Castilho Araújo

DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

- Sra. Ana Caroline Bellucci

DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Sra. Karina Romanini Messias

DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

- Sr. Daniel Palaro Canhete

DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

- Sr. Mário Neves

DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

- Embaixador Nelson Antônio Tabajara de Oliveira

BANCO DO BRASIL

- Sr. Clayton Rodrigues da Silva

ABIMDE

- VAlte (RM1) Carlos Afonso **Pierantoni** Gambôa

AIAB

- Sr. Walter Bartels

ANIAM

- Sr. Daniel Gomes Sampaio

FIRJAN

- Sr. Carlos Erane de Aguiar

Assistentes:

- Brig Jair Gomes da Costa **Santos**-EMCFA/SCPE
- CMG R1 Waldemir Ramos Lima-EMA/MB
- Cel Ancelmo **Modesti**-EMAER
- Sr. Lourenço Drummond Lemos-ABIMDE
- Sr. Maurício Borges-ABIMDE
- Sr. Rafael Rodrigues Paulino-CGDEF/MRE
- Cel Av Helcio José J. Soares-EMAER
- CC (IM) **Jeisom** de M. Fajardo-DGPEM
- Cel R1 José Carlos **Monteiro**–EME/EB
- Ten **Michele** Pontes-EME/EB
- Sr. Alexandre Coelho Teixeira-SEXEC/MCTI
- Sr. José Roberto Borges-FIRJAN
- Sra. Ivanise de Melo Maciel-SEPROD/MD
- Sr. Luís Felipe Giesteira- SEPROD/MD
- Sr. Ronaldo Carmona-ASPLAN/MD
- Sr. Oswaldo Reis Junior-SG/MD
- Sr. Marco Antonio Alves-DEPROD/MD
- Cel Gerson Ben-Hur **Mayer** –DEPROD/MD
- Cel José Augusto **Simões** Amaro-DEPROD/MD
- Cel Damião **Fontenele** dos Santos-DEPROD/MD
- Cel R1 Hilton **Grossi** Silveira-DEPROD/MD
- Cel R1 **Fábio** Eduardo Madioli-DEPROD/MD
- Sra. Andréa Moreira Bezerra Greggio-DEPROD/MD
- Sra. Adriana de Souza Borges-DEPROD/MD
- Sr. Daniel Santana Fernandes-DEPROD/MD
- CMG R1 **Arlindo** José Silveira – CECAFA/MD

Agenda	Desenvolvimento / Providências	Ação Responsável Prazo																				
1.0	<p>Considerações Iniciais</p> <p>O Gen Ex (R1) Silva e Luna, Secretário Geral do Ministério da Defesa, agradeceu a presença de todos e iniciou a reunião ressaltando a importância do trabalho da CMID para a Indústria de Defesa e os resultados já alcançados.</p> <p>A seguir, passou a palavra ao Brig do Ar Crepaldi, Secretário-Executivo da Comissão, o qual conduziu a reunião.</p> <p>O Brig Ar Crepaldi lembrou os aspectos relevantes sobre a CMID e sua importância, ratificando que é o Fórum do mais alto nível da condução da Política da Base Industrial de Defesa.</p> <p>Disse, ainda, que o Processo de Credenciamento de Empresas e Classificação de Produtos é transparente e está de acordo com o que preconiza a Lei 12.598/12 e o Decreto 7.970/13.</p> <p>O Brig Ar Crepaldi enfatizou que a reunião tem o intuito de apresentar os Produtos e Empresas candidatos, e discutir temas estratégicos para área da Indústria de Defesa.</p> <p>Em seguida, apresentou o quadro atual do SisCaPed, com os seguintes dados:</p> <div data-bbox="367 1220 1276 1848" style="border: 1px solid gray; padding: 10px; margin: 10px 0;"> <p style="text-align: center;">CONSIDERAÇÕES INICIAIS</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr style="background-color: #e0f7fa;"> <th colspan="2" style="text-align: center;">Cenário Atual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr style="background-color: #fff9c4;"> <td>Empresas Credenciadas como EED *</td> <td style="text-align: center;">63</td> </tr> <tr style="background-color: #fff9c4;"> <td>Empresas Credenciadas como ED *</td> <td style="text-align: center;">12</td> </tr> <tr style="background-color: #fff9c4;"> <td>Produtos Classificados como PED *</td> <td style="text-align: center;">312</td> </tr> <tr style="background-color: #fff9c4;"> <td>Produtos Classificados como PRODE *</td> <td style="text-align: center;">30</td> </tr> </tbody> </table> <p style="font-size: small; color: red; margin-top: 5px;">* 18ª CMID- ainda não foi assinado pelo Ministro da Defesa e não publicado no DOU.</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; margin-top: 10px;"> <thead> <tr style="background-color: #e0f7fa;"> <th colspan="2" style="text-align: center;">Cenário da Reunião</th> </tr> </thead> <tbody> <tr style="background-color: #fff9c4;"> <td>Empresas candidatas à ED para aprovação da CMID</td> <td style="text-align: center;">2</td> </tr> <tr style="background-color: #fff9c4;"> <td>Empresas candidatas à EED para aprovação da CMID</td> <td style="text-align: center;">4</td> </tr> <tr style="background-color: #fff9c4;"> <td>Produtos candidatos à PRODE para aprovação da CMID</td> <td style="text-align: center;">4</td> </tr> <tr style="background-color: #fff9c4;"> <td>Produtos candidatos à PED para aprovação da CMID</td> <td style="text-align: center;">18</td> </tr> </tbody> </table> <p style="font-size: x-small; text-align: center; margin-top: 5px;">MINISTÉRIO DA DEFESA Atualizado em 25/04/2016</p> </div>	Cenário Atual		Empresas Credenciadas como EED *	63	Empresas Credenciadas como ED *	12	Produtos Classificados como PED *	312	Produtos Classificados como PRODE *	30	Cenário da Reunião		Empresas candidatas à ED para aprovação da CMID	2	Empresas candidatas à EED para aprovação da CMID	4	Produtos candidatos à PRODE para aprovação da CMID	4	Produtos candidatos à PED para aprovação da CMID	18	
Cenário Atual																						
Empresas Credenciadas como EED *	63																					
Empresas Credenciadas como ED *	12																					
Produtos Classificados como PED *	312																					
Produtos Classificados como PRODE *	30																					
Cenário da Reunião																						
Empresas candidatas à ED para aprovação da CMID	2																					
Empresas candidatas à EED para aprovação da CMID	4																					
Produtos candidatos à PRODE para aprovação da CMID	4																					
Produtos candidatos à PED para aprovação da CMID	18																					
2.0	<p>Apresentação de Produtos e Empresas de Defesa</p> <p>O Brig Ar Crepaldi apresentou os Produtos propostos para serem classificados como Produtos Estratégicos de Defesa (PED),</p>																					

conforme listados a seguir:

1. **Atuador Linear Aerotron - Ala - 10**
2. **Viatura Militar Agrale Marruá AM23 AMB**
3. **Locação de simuladores de voo**
4. **Desenvolvimento de Redes Neurais Artificiais (RNA)**
5. **Desenvolvimento e Implantação Do Sistema De Tempo Severo Convectivo (STSC)**
6. **Desenvolvimento e implantação do sistema de tendência meteorológica de curto prazo para aeródromo (TEND-MET)**
7. **QUADRANTE 0100**
8. **Sistema DME 0200, 1 KW Duplo, Modelo DME 0200**
9. **Suporte Logístico Integrado de Manutenção Corretiva e Preventiva de Auxílio a Navegação Aérea**
10. **Radar de Rastreo Banda C**
11. **Estação de Tele Medidas Banda S**
12. **Sistema de Monitoração do Espectro Eletromagnético 0,4 a 18GHz**
13. **Sistema de Monitoração do Espectro Eletromagnético 18 a 40GHz**
14. **Sistema de Monitoração do Espectro Eletromagnético 0,4 a 40GHz**
15. **Sistema de Controle da Máquina do Leme**
16. **Serviços de Integração do Modelo de Qualificação da Plataforma Suborbital de Microgravidade - PSM**
17. **Bateria de Propulsão 31DD6 e seus acessórios, para Submarinos Classe “Tupi” e “Tikuna”**
18. **Banco de dados de imagens de satélites e de outras informações geoespaciais**

Todos os produtos propostos a PED foram aceitos por unanimidade pela Comissão.

O Brig Ar Crepaldi apresentou os Produtos propostos para serem classificados como **Produto de Defesa (PRODE)**, conforme listados a seguir:

1. **Aeróstato ADB-A-150**
2. **Aeróstato ADB-A-250**
3. **Guincho tático operacional G-400**
4. **Manutenção de Viaturas EE-11 URUTU**

Os produtos propostos a PRODE foram aceitos por unanimidade pela Comissão.

O Brig Ar Crepaldi apresentou as Empresas propostas para serem credenciadas como **Empresa de Defesa (ED)**, conforme listadas a seguir:

	<p>1. Airship do Brasil Indústria Aeronáutica Ltda 2. Technicae Projetos e Serviços Automotivos Ltda</p> <p>As Empresas propostas a ED foram aceitas por unanimidade pela Comissão.</p> <p>O Brig Ar Crepaldi apresentou as Empresas propostas para serem credenciadas como Empresa Estratégica de Defesa (EED), conforme listadas a seguir:</p> <p>1. Aerotron Indústria E Comércio LTDA 2. EPA Training-EPA - Escola Paranaense De Aviação LTDA. 3. New Power 4. Santiago & Cintra Consultoria</p> <p>As Empresas propostas como EED foram aceitas por unanimidade pela Comissão.</p>	
<p>3.0</p>	<p>Assuntos Gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação do TLE - Termo de Licitação Especial; ▪ Solicitação de atualização da Instrução Normativa da RFB nº 1.454, de 25 de fevereiro de 2014 - Empresa Omnisys; ▪ Definição de Bem de Defesa Nacional e Bem de Interesse Estratégico para a Defesa Nacional; ▪ Espaço MRE; ▪ Espaço Promoção Comercial; ▪ Espaço do Núcleo do novo Departamento; ▪ Espaço CECAFA; ▪ PND e END - Assunto a ser apresentado pelo Brig Santos -EMCFA/CAE/SCPE; e ▪ Apresentação do cronograma do Processo de Avaliação das EED e ED. <p>Apresentação do TLE - Termo de Licitação Especial;</p> <p>O Cel R1 Fábio, gerente do DEPROD, apresentou aos membros da CMID o 1º Termo de Licitação Especial (TLE) analisado pelo grupo de assessoria técnica – termo de licitação especial (GAT-TLE). Esse documento foi elaborado pelo Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEX).</p> <p>Disse, ainda, que o preâmbulo do TLE contém a numeração</p>	

	<p>sequencial, a identificação do órgão licitante, a identificação do gestor responsável e a legislação pertinente. Complementou que o objeto, também presente no TLE, é definido de forma clara e guarda relação direta com as informações do SisCaPED. Cada item do objeto definido no TLE faz referência ao Diário Oficial da União que publicou a portaria do Ministro de Estado da Defesa homologando a decisão da CMID.</p> <p>Argumentou que o objeto contém ainda o “Fornecimento de Produtos Estratégicos de Defesa” (PED) para implantação de um Sistema Criptográfico de Tráfego de Voz e Dados, em Rede de Telefonia Móvel Celular, “Wifi” e Rede IP Fixa”.</p> <p>O Cel R1 Fábio explicou as razões da opção pela LEI Nº 12.598/2012 relatando que o CCOMGEX cumpriu determinação constante da Norma Complementar nº 09/IN01/DSIC/GSI/PR, de 15 de julho de 2014, que determina que o Algoritmo Criptográfico de Estado seja adquirido pela Administração Pública Federal (APF) ou por Empresa Estratégica de Defesa (EED).</p> <p>Complementou que, em relação ao percentual mínimo de conteúdo nacional, o CCOMGEX optou por solicitar os índices de nacionalização de 50% a 80% para os equipamentos e de 100% para os serviços inseridos no sistema. A avaliação será efetuada de acordo com a Portaria MDIC nº 279, de 18/11/2011.</p> <p>Argumentou que no tocante à capacidade inovadora exigida, o CCOMGEX abordou de duas formas: Operacional (Inovação para o EB) e Estratégica (Inovação para o País).</p> <p>O Cel R1 Fábio expôs que, quanto à contribuição para a Base Industrial de Defesa (BID), o CCOMGEX demonstrou que a contratação de uma EED contribui para aumentar a independência do mercado externo, dominar tecnologias de interesse da Defesa Nacional, gerar empregos de qualidade na indústria nacional, manter o fluxo de investimentos na BID, etc.</p> <p>Expressou que, em referência à sustentabilidade do ciclo de vida do PRODE, o órgão apresentou uma tabela com a expectativa do ciclo de vida do sistema (dez anos), com prazos e fases a serem cumpridas. Complementou que as fases <i>do hardware</i> se dividem em:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Aquisição e distribuição;▪ Uso e operação;▪ Disposição e reciclagem; e▪ Fornecimento de peças. <p>O Cel R1 Fábio disse ainda que sobre a garantia de continuidade das capacitações tecnológicas e produtivas, o CCOMGEX conseguiu transformar em cláusula contratual o Art. 9º</p>	
--	---	--

do Decreto 7.970/2013, que determina que as ED e EED, quando participarem de licitações, deverão apresentar garantias para proteger a Administração Pública, no caso de descontinuidade de produção de PED ou encerramento da Pessoa Jurídica.

Relatou que, tendo em consideração possíveis condições de financiamento, o CCOMGEX citou que as EED poderão buscar acesso a financiamentos previstos no Capítulo V do Decreto 7.970, de 28 de março de 2012. Adicionou que esse assunto está em discussão no MD e será tratado no devido tempo com o BNDES, FINEP, Banco do Brasil e ABGF.

Por fim, argumentou que, em relação aos parâmetros para valoração da relação entre benefícios e custos, o CCOMGEX utilizou a técnica de análise de riscos preconizada pelo “PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI)” por considerá-la adequada para o caso em tela. Ao final do trabalho o EB demonstrou através da valoração entre benefícios e custos que a melhor opção é a contratação por intermédio da Lei nº 12.598/2012.

A CMID aprovou por unanimidade o TLE proposto.

▪ **Solicitação de atualização da Instrução Normativa da RFB nº 1.454, de 25 de fevereiro de 2014 - Empresa Omnisys**

O Cel R1 Fábio relatou que empresa OMNISYS habilitou-se na Receita Federal do Brasil de SBC/SP para usufruir do benefício do RETID. Disse ainda que o documento de habilitação da RFB informou que o benefício poderia ser usufruído até março de 2017, de acordo com o prazo original da Lei nº 12.598/2012 05(cinco) anos.

Ratificou que a Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, alterou este prazo para 20(vinte) anos, contudo a Instrução Normativa 1.454, de 25 de fevereiro de 2014, **não foi atualizada**.

▪ **Definição de Bem de Defesa Nacional (BDN) e Bem de Interesse Estratégico para a Defesa Nacional (BIEDN).**

O Brig Ar Crepaldi explicou que de acordo com o **Parecer da CONJUR nº 00127/2016**, há necessidade de um ato específico do Ministro da Defesa prevendo as categorias de **Bem de Defesa Nacional (BDN)** e **Bem de Interesse Estratégico para Defesa Nacional (BIEDN)** cujas definições se inserem no juízo discricionário da pasta.

Disse ainda que, para efeito de classificação e publicação no DOU, os Grupos de PED serão considerados BIEDN e os grupos de PRODE serão classificados como BDN.

Os representantes da CMID foram unânimes e aceitaram a definição proposta.

▪ **Espaço MRE**

O Embaixador Tabajaras cumprimentou a todos, expressou a satisfação de participar dessa reunião e se colocou à disposição da SEPROD para negociações com exterior, parcerias e investimentos.

▪ **Espaço Promoção Comercial**

O Almirante Guerreiro, diretor do DECAT, iniciou sua apresentação dizendo que a crise econômica - financeira que assola o País, leva a indústria de defesa a procurar alternativas no mercado externo, ou seja, na exportação de seus produtos.

No entanto essas indústrias encontram vários obstáculos para execução desse processo, principalmente no que diz respeito a dificuldades de garantias cobradas pelas instituições financeiras, além da demora da análise dos contratos internacionais por parte dessas.

Neste sentido convidou o representante do Banco do Brasil, Clayton, para participar da reunião em curso, no intuito de estreitar relacionamentos e juntos buscarem soluções inovadoras para a Indústria de Defesa.

O Sr. Clayton disse que analisará as solicitações e buscará alternativas para ajudar a indústria de defesa. Complementou que é necessário enxergar as indústrias de defesa como grupo de Empresas Estratégicas, e com isso procurar soluções matriciais para os problemas enfrentados em todos os Estados.

▪ **Espaço do Núcleo do Novo Departamento**

A Sra. Luciana Acyoli, representante da SEPROD, enfatizou que, devido à instabilidade do orçamento federal aliado a conjuntura econômico-financeira, é importante criar um departamento dentro da SEPROD dedicado ao acompanhamento financeiro das Empresas da BID, por meio de captação de recursos nacionais e internacionais e outros instrumentos financeiros para dar liquidez às Empresas, evitando que elas entrem colapso.

Complementou que a intenção desse Departamento é promover o cumprimento da Lei 12.598/12 e seus decretos regulamentadores quanto ao financiamento das Empresas Estratégicas de Defesa, por meio de interlocução institucional com as instituições financeiras.

	<p>Disse que algumas medidas já estão sendo tomadas para cumprir a missão desse novo departamento. Uma delas é a interlocução com o Banco do BRICS, banco com importância geopolítica, com modelo de governança internacional, para financiar projetos estratégicos por meio de linhas de crédito.</p> <p>Adicionou que outro interlocutor é o BNDES, por meio do qual estão sendo discutidas novas linhas de financiamento para EED, com formação de um grupo de trabalho e assinatura de convênio. Nesse sentido, a Sra. Luciana aproveitou a oportunidade para pedir a ativação do Grupo de Assessoramento Financeiro (GAF).</p> <p>Relatou que a Secretaria Perpetua está em interlocução com o Ministério da Fazenda em relação aos limites já pré-estabelecido de captação de recursos internacionais.</p> <p>Explicou que o objetivo do Departamento é promover um desenho de um sistema de acompanhamento da dinâmica do Sistema de Defesa no Brasil e Mundo, uma vez que as grandes fusões empresariais nacionais e internacionais são o que regem as aquisições mundiais. Complementando que, por esse motivo o MD deve avaliar sob o ponto de vista estratégico se essas fusões preservam a capacidade operacional e tecnológica das Indústrias Nacionais.</p> <p>O Brig do ar Crepaldi pediu para registrar como ação futura a ativação do GAF.</p> <p style="text-align: center;">▪ Espaço CECAFA</p> <p>O Almirante Edésio, diretor do CECAFA, disse que o objetivo da catalogação é mapear a cadeia produtiva, no intuito de ampliar a visão da BID. Nesse sentido cada PRODE e PED que será aprovado pela CMID entra no sistema como projeto, os quais poderão ter toda sua cadeia produtiva mapeada inclusive com características do fabricante do produto, atributo esse que será aproveitado para conhecimento futuro.</p> <p>Complementou que em breve - 2º semestre de 2016 - estarão à disposição relatórios sobre o avanço da catalogação, instrumento relevante para a consecução da Política da SEPROD e para servir de requisito no intuito de julgar as características responsáveis por eleger uma Empresa como EED e /ou um Produto como PED.</p> <p>Reforçou a importância do contato com as Forças Armadas para juntos ampliem a governança do sistema de catalogação, uma vez que a Forças são a porta de entrada dos produtos.</p> <p>Relatou que, com esse novo sistema de catalogação, está</p>	
--	---	--

	<p>sendo discutido junto com a ABIMDE, um catálogo de empresas de interesse da defesa detalhando os produtos por fabricantes e atividade econômica (Guia de Defesa Brasileiro).</p> <p>Explicou que a empresa MTUR, credenciada na 18ª Reunião da CMID não cumpriu com suas obrigações legais de catalogação e que na próxima reunião da CMID irá propor seu descredenciamento como ED.</p> <p style="text-align: center;">▪ PND e END - Assunto a ser apresentado pelo Brig Santos -EMCFA/CAE/SCPE</p> <p>O Brig Ar Santos, subchefe da Subchefia de Política Estratégica (SCPE) da Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE) do EMCFA relatou que a apresentação em tela tem o objetivo de conhecer aspectos da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa.</p> <p>Descreveu alguns dos importantes marcos de Defesa, citando que a Política Nacional de Defesa (PND), anteriormente denominada Política de Defesa Nacional (PDN), foi criada em 1996 e em 2011/2012 recebeu a atual nomenclatura- PND.</p> <p>Relatou ainda que, a Lei Complementar nº 97/99 cria o Ministério da Defesa e, em 2008, a Estratégia Nacional de Defesa (END).</p> <p>O Brig Ar Santos expôs a evolução da base legal de defesa, iniciando pela Constituição, leis complementares, PND, END. Finalizou apontando o Livro Branco.</p> <p>Com o intuito de mostrar a evolução histórica da base legal de defesa, referiu-se ao art. 4º, da CF/88, elencando os princípios das relações internacionais que regem a República Federativa do Brasil.</p> <p><i>Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:</i></p> <ul style="list-style-type: none"><i>I- independência nacional</i><i>II- prevalência dos direitos humanos</i><i>III- autodeterminação dos povos</i><i>IV- não-intervenção</i><i>V- igualdade entre os Estados</i><i>VI- defesa da paz</i><i>VII- solução pacífica dos conflitos</i><i>VIII- repúdio ao terrorismo e ao racismo</i><i>IX- cooperação entre os povos para o progresso da humanidade</i><i>X- concessão de asilo político</i>	
--	--	--

	<p>Continuou explicando que a PND estabelece “o que fazer” e os objetivos nacionais de defesa. Complementou que a END define “como fazer” e as diretrizes e que o Livro Branco provê a publicidade e o entendimento comum.</p> <p>O Brig Ar Santos disse que os interlocutores da PND e END são:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério da Defesa; ✓ Casa Civil da Presidência da República; ✓ Ministério da Ciência e Tecnologia; ✓ Ministério da Fazenda; ✓ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; ✓ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; ✓ Secretaria de Assuntos Estratégicos; ✓ Ministério da Educação; ✓ Ministério da Saúde; ✓ Ministério dos Transportes; e ✓ Ministério das Relações Exteriores. <p>Expôs os objetivos nacionais de defesa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>I- garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;</i> ✓ <i>II- defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;</i> ✓ <i>III- contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais;</i> ✓ <i>IV- contribuir para a estabilidade regional;</i> ✓ <i>V- contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais;</i> ✓ <i>VI- intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais;</i> ✓ <i>VII- manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobrada no território nacional;</i> ✓ <i>VIII- conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País;</i> ✓ <i>IX- desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis;</i> ✓ <i>X- estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais; e</i> ✓ <i>XI- desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional</i> 	
--	---	--

	<p>Continuou relatando que a região Amazônica é a prioridade no que tange a Defesa Nacional dentro da PND.</p> <p>Explanou que os objetivos da UNASUL são: diálogo político, a integração energética, o desenvolvimento social, a integração de infraestrutura, a integração financeira, o desenvolvimento econômico, a consolidação de identidade regional e o meio ambiente.</p> <p>Explicou que conforme a PND, O Brasil advoga por uma ordem internacional baseada no (a): Multilateralismo e cooperação; Independência e democracia; Proibição do uso de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares; Uso pacífico da energia nuclear; Reformulação dos organismos internacionais; Solução pacífica das controvérsias; e Observância dos princípios e normas legais internacionais.</p> <p>O Brig Ar Santos disse que a END define o “como fazer” e preenche uma importante lacuna na sistemática de reorganização e reorientação das Forças Armadas para atendimento à Política Nacional de Defesa.</p> <p>Argumentou que a END apresenta três eixos estruturantes: Reorganização das Forças Armadas, Reestruturação da Indústria de Defesa e Composição dos efetivos das Forças Armadas.</p> <p>Ressaltou que, a Reorganização das Forças Armadas se baseia na capacidade operacional por meio do trinômio: Monitoramento e controle, Mobilidade e Presença.</p> <p>Complementou que a Reestruturação da Indústria de Defesa tem como princípios dar prioridade ao desenvolvimento de capacitações tecnológicas independentes (autônomas), subordinar as considerações comerciais aos imperativos estratégicos, evitar que a Base Industrial de Defesa polarize-se entre pesquisa avançada e produção rotineira e usar o desenvolvimento de tecnologias de defesa como foco para o desenvolvimento de capacitações operacionais.</p> <p>Disse que, em relação à Composição dos Efetivos das Forças Armadas, o serviço militar é essencial para a garantia da defesa nacional e representação de todas as classes sociais e regiões do país.</p> <p>Citou que os setores estratégicos para o Exército é o Cibernético, para Marinha é o Nuclear e para a Força Aérea é a Espacial.</p> <p>O Brig Ar Santos relatou que os principais projetos do MD são o PROJETO SGDC-Satélite Geoestacionário de Defesa e</p>	
--	--	--

<p>Comunicações Estratégicas e o PROJETO HX-BR-EC-725.</p> <p>Expôs que a Marinha possui como principais projetos: SISGAAz, Programa Nuclear/PROSUB, PROSUPER e Criação da 2ª Esquadra. Enquanto que o Exército tem como projeto: SISFRON, Defesa Cibernética, Astros 2020 e Guarani. Por fim a Força Aérea tem o SISDACTA, Projeto FX-2 (Gripen NG), Projeto KC-390 e o Programa Espacial/Veículo Lançador de Satélites – VLS</p> <p style="text-align: center;">▪ Apresentação do cronograma do Processo de Avaliação das EED e ED.</p> <p>O Brig Ar Crepaldi apresentou o cronograma do Processo de Avaliação das EED/ED, conforme parágrafo único do art. 2º da Lei 12.598/2012. Explanou que as EED serão submetidas à avaliação das condições previstas no inciso IV do caput na forma disciplinada pelo Ministério da Defesa.</p> <p>Complementou que Processo de Avaliação das EED e ED segue a Orientação Normativa (DEPROD).</p> <p>Relembrou que foram realizadas oito visitas técnicas em novembro e dezembro/2015.</p> <p>Calendário proposto das Avaliações técnicas</p>		
DATA COM	Porto Alegre	17 a 20/04
FORJAS TAURUS	Porto Alegre	
AXUR	Porto Alegre	
AGRALE	Porto Alegre	02 a 05/05
AEL Sistemas	Porto Alegre	
MIRABILIS	Porto Alegre	
NOVAER CRAFT	São José	22/05 a 25/05
MECTRON	São José	
INBRA	São José	
RF COM	São José	30/05 a 01/06
FT	São José	
Saipher Atc	São José	
ARES	Rio de Janeiro	13 a 16/06
AMS Kepler	Rio de Janeiro	
Radix	Rio de Janeiro	
Atech	São Paulo	27 a 30/06
Atmos	São Paulo	
COLUMBUS	São Paulo	

Continuação da Ata 19/2016 da 19ª Reunião da Comissão Mista da Indústria de Defesa

MÓDULO	Rio de Janeiro	11 a 14/7	
SKM	Rio de Janeiro		
RUSTCON	Rio de Janeiro		
DGS Defence	Rio de Janeiro	25 a 28/07	
SANTOS LAB	Rio de Janeiro		
Avio do Brasil	Rio de Janeiro		
AMAZUL	São Paulo	08 a 11/08	
Avionics Services	São Paulo		
Fundacao Ezute	São Paulo		
Bradar Indústria S.A.Bradar Indústria S.A	São José	22 a 25/08	
GESPI AERONÁUTICA	São José		
Visiona	São José		
Nuclep	Rio de Janeiro	12 a 15/09	
AGDS	Rio de Janeiro		
CONDOR	Rio de Janeiro		
STEFANINI	São Paulo	26/09 a 29/09	
Avibrás - Divisão Aérea E Naval S.A.	São Paulo		
Codeciphers	São Paulo		
Orbital	São José	17 a 20/10	
AEQ	São José		
IACIT	São José		
HERSA	São Paulo	07 a 10/11	
DÍGITRO	Florianópolis		
Z Tecnologia	Brasília		
<p>O Brig Ar Crepaldi abriu a palavra para os Ministérios e outras Participações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaço Ministério da Fazenda <p>O Sr Daniel Canhete, representante do MF, disse que o RETID desde a sua entrada em vigor, desonerou cerca de 181 milhões de reais.</p> <p>Complementou que a previsão para 2016 é de 67 milhões de</p>			

	<p>reais comparado aos 61 milhões de desoneração em 2015. Citou que o RETID não é um programa de grande valor referente à desoneração.</p> <p>Solicitou que as dúvidas sobre o RETID sejam elaboradas de maneira clara e específica, para que ele possa providenciar as respostas e sanar os questionamentos.</p> <ul style="list-style-type: none">• Espaço MCTI <p>O Sr. Alexandre Teixeira, representante do MCTI, expôs sua preocupação com os financiamentos e garantias da FINEP e CNPQ. Disse que na próxima reunião trará dados novos pertinentes ao tema.</p> <p>Complementou que, por conversas ainda informais com o Gen Div (R1) Mattioli, o MCTI quer propor para a Indústria de Defesa dois instrumentos que é a Lei de Informática e o Padis (Programa de apoio ao desenvolvimento tecnológico da indústria de semicondutores).</p> <p>Propôs ao MD uma organização conjunta para realização de um seminário com as indústrias de tecnologia da informação e comunicação.</p> <ul style="list-style-type: none">• Espaço Indústria de Defesa• ABIMDE <p>O Sr. Pierantoni, representante da ABIMDE, pediu o apoio do MD para participação das Indústrias de Defesa em feiras internacionais. Complementou que é a oportunidade impar da BID em apresentar seus produtos.</p> <p>Pediu ao MD para notificar a ABIMDE com mais antecedência a chegada de delegações estrangeiras, visto que o insuficiente tempo de preparação para recebimento dessas delegações impede o adequado trato com essas.</p> <p>Solicitou que, se possível, enviar com antecedência o calendário do FID/CMID, para melhor programação dessa Associação.</p> <p>Expôs a necessidade de uma interação entre a SEPROD, setor de defesa e setor de segurança. Ressaltou a importância da participação da área de segurança nesses fóruns e reuniões.</p> <p>Nesse sentido, o Sr. Pierantoni disse que a mostra BID Brasil ocorrerá na última semana de setembro, momento importante para</p>	
--	---	--

	<p>interagir a área de segurança com a área de defesa.</p> <p>Relatou que as empresas estão com muito receio em usar o RETID, pois se sentem ameaçadas pela legislação e pede para que essa legislação seja entendida e não se torne inócua.</p> <p>Solicitou apoio do MD no processo de regulamentação do uso de Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) no Brasil, uma vez que está aumentando o uso de equipamentos contrabandeados, prejudicando de maneira intensa o setor responsável pela fabricação e comercialização dos VANTS.</p> <ul style="list-style-type: none"> • AIAB <p>O Sr Walter Bartels, presidente da AIAB, respondeu ao questionamento do Sr. Pierantoni, explicando que a regulamentação do uso do ARP já está em trâmite junto ao DECEA, ANAC e ANATEL. Disse que inclusive o DECEA já editou a instrução para operação de VANT, em outras palavras, já existe a legislação e não está sendo usada.</p> <p>O Sr Walter Bartels questionou a possibilidade das empresas participarem da formulação da nova PND e END, visto que a indústria é um dos eixos estruturantes dessa política e estratégia.</p> <p>O Brig do Ar Santos concordou com o pleito e disse que as empresas, por meio das associações e federações, poderão enviar sugestões para finalização da PND e da END.</p> <ul style="list-style-type: none"> • ANIAM <p>O Sr. Daniel, representante da ANIAM, solicitou um auxílio do MD em relação à Resolução N° 17, de 6 de junho de 2001-CAMEX, alterada pela Resolução Camex nº 88/2010 quanto aos produtos classificados no capítulo 93 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (Armas e munições; suas partes e acessórios), quando exportados para América do Sul e América Central, inclusive Caribe, uma vez que ficam sujeitos à incidência do Imposto de Exportação à alíquota de cento e cinquenta por cento, excetuando-se: os produtos exportados para Argentina, Chile e Equador; destinados a uso exclusivo das FFAA e policias; as exportações de armas de fogo de uso permitido; as exportações de armas de pressão e suas munições; e as exportações de munições de uso permitido.</p> <p>Enfaticizou que esta Resolução tem prejudicado sobremaneira as Empresas Brasileiras, e pediu o apoio do MD com o intuito de se buscar alternativas pertinentes ao tema.</p> <p>Pediu também o apoio do MD para acelerar a assinatura e</p>	
--	---	--

Continuação da Ata 19/2016 da 19ª Reunião da Comissão Mista da Indústria de Defesa

	<p>aprovação da modificação do Decreto 5.123/04, que está no SIDOF, o qual regulamenta a Lei nº10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM. Explicou que essa modificação é muito importante para as indústrias de armamento, sendo essa alteração amplamente discutida pelo Exército, MJ (Polícia Federal), MD, e MF, desde 2012.</p> <ul style="list-style-type: none">• COMDEFESA FIRJAN <p>O Sr. Carlos Erani explanou que será enviado um relatório a SEPROD contendo alguns questionamentos e sugestões condensadas de empresas pertencentes à COMDEFESA FIRJAN.</p>	
4.0	<p>Próximas Ações:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Proposta de Classificação de PRODE e PED e Credenciamento de ED e EED;2. Próxima reunião: 3 de agosto	
5.0	<p>Considerações finais</p> <p>A Secretaria Perpetua agradeceu a presença de todos e ratificou a importância dessa Comissão para o desenvolvimento da BID.</p> <p>O Gen Ex (R1) Silva e Luna, agradeceu a presença de todas as autoridades e procedeu ao encerramento da reunião.</p>	

Brig Ar **JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO**
Secretário-Executivo da CMID